

Abertura selvagem

CORREIO BRAZILIENSE

José Sarney

11 JUN 1995

Thomas Jefferson dizia não ser adepto de governos enérgicos, eu, de meu lado, digo não ser fanático de um Estado fraco, sem instrumentos necessários a cumprir seu objetivo de harmonizar conflitos e estabelecer uma sociedade mais justa. O mundo sempre foi ciclótico. Sempre teve alternâncias entre períodos de grande euforia e períodos de grandes depressões.

Agora, a nova onda que chega como um fechamento de ouro do século XX é a quimera de um mundo em que, como desejava Adam Smith, o capital circulasse sem fronteiras e sem barreiras, apenas baseado na lei da competição. É uma moderna versão do *laissez faire, laissez passer*, uma nova ideologia sacralizada, num tempo em que as ideologias morreram.

Para mim, o que interessa não é a quantidade do Estado, mas a qualidade. O Estado tem de ser forte na prestação dos serviços, nas áreas social e de segurança e regulador da luta entre os mais fortes e os mais fracos, a estes protegendo no seu direito de lutar para não serem esmagados. Para mim, esses conceitos não são ideológicos, mas a serena visão humanista, pela qual o homem pode libertar-se das alucinações do egoísmo.

O Estado tem que ser fraco nas áreas que não são suas, e sim da iniciativa privada, nas quais não lhe compete interferir. O Brasil viveu uma época de extremo estatismo. Diz-se que foi a era de Vargas.

Melhor: foram as idéias do princípio do século que levaram ao estabelecimento dos estados totalitários comunistas e fascistas — idéias essas que vieram a se confrontar com outras idéias na Segunda Guerra Mundial. O Brasil viveu o mesmo dilema, nos episódios da revolta comunista de 1935 e do integralismo. Vargas manobrou entre esses dois demônios e deles se utilizou quando foi necessário. Mas ficou-lhe a idéia que parecia ser hegemônica daqueles anos: um Estado vertente de todas as iniciativas. O estatismo cumpriu sua tarefa. Ele alavancou um Brasil que necessitava criar o seu parque industrial e construir uma política de substituição de importação que permaneceu até a década dos 70. Mas, ao mesmo tempo, com ele nasceu um Estado demagógico, populista, desestruturado, que é a verdadeira causa do atraso nacional.

Agora, será um anacronismo querer reviver aqueles tempos. O mundo não conhece caminho de volta. Ele marcha sempre dentro do seu tempo. Acabou-se o tempo dos monopólios, quer estatal, quer privado. O libertário hoje, é o conhecimento, é a ciência, é tecnologia. Vivemos num mundo competitivo em que o homem busca a todo tempo uma descoberta. Ele continua um navegador, outrora nos mares em busca de terras e mundos, hoje nos laboratórios, centros de pesquisa, universidades e empresas na procura de novos produtos, novos proces-

sos e novos materiais.

As reformas que estão sendo votadas pelo Congresso são necessárias e urgentes. Elas possibilitam ao Brasil abrir a sua economia e entrar no compasso da economia mundial. As coisas lá fora estão ocorrendo a uma velocidade extraordinária. Há perigo de envelhecimento em tudo: nos produtos, nos programas políticos. O Brasil, como um grande país, não pode ficar de fora.

A Petrobras, por exemplo, que nos arrebatou no sonho do "Petróleo é Nosso", hoje, transformouse no "petróleo é vosso", e não se sabe se é da CUT ou do corporativismo que ali se instalou. Ninguém pensa em vender a Petrobras, mas não podemos deixar que ela perca as suas referências de competição e obrigue o povo brasileiro a pagar o seu imposto de renda e o imposto de renda da Petrobras, que se retire recursos da Educação, Saúde, Segurança etc, para investimentos na área, compre-se a gasolina mais cara, cheire dióxido de carbono porque o seu produto é de baixa qualidade e se julgue isenta de competir. Exemplo: novas refinarias. A Petrobras já está importando gasolina e outros derivados.

Por outro lado, fico solidário quando ouço o presidente Fernando Henrique dizer que a nossa abertura não pode ser selvagem, não pode ser destruidora do Estado nem de seu patrimônio. Os exemplos do México e da Argentina devem ser meditados, que sir-

vam de parâmetros para não se errar. Não se confunda a necessidade de modernizar com a compulsão de parecer moderno e cair na irresponsabilidade. Creio que a privatização da Vale tem que ser revista. A Vale não é monopólio. Concorre, disputa e é uma agência de desenvolvimento.

Acho que devemos ter um Estado efetivo e necessário, que dite as normas, as regras, vigilante, capaz de regular as relações econômicas e de punir excessos. Não devemos abdicar dos seus instrumentos nem cair na sedução de escancarar a economia, entregando-a a predadores e aventureiros da especulação internacional que estão pulando de país em país, como piratas. Ninguém possa pensar, também, ingenuamente, no apoio de qualquer organismo, para sairmos de dificuldades. A lei financeira internacional é a lei do mais forte. Hoje, ameaça a todos nós a bomba financeira, o volume do capital especulativo 20 vezes superior à economia real, que circula dia e noite em busca de lucros. Nenhum país é inexpugnável a esse perigo. Nós, particularmente, devemos ser prudentes e aprender com os erros de alguns países que fizeram o que nós estamos com vontade de fazer.

Abrir, sim, mas jamais uma abertura selvagem que comprometa o nosso presente e o nosso futuro. Nem manter algumas estatais atrasando e sugando o país.

José Sarney é presidente do Senado Federal